O défice político
Albertino Gonçalves

Dedico alguma atenção aos fenómenos da cultura, mas pouca à causa política. Sou analfabeto na matéria. O que configura um contrassenso: como entender a cultura sem atender à política? Estou longe de dar atenção a tudo, por ecologia do espírito. Não obstante, ignorante que se preze não deixa de alinhavar alguns apontamentos.

Portugal causa-me confusão e ansiedade. Por mais que me expliquem, não sei de onde vem, nem para onde vai. Parece que vem de perto e que não vai longe. O País tem, entre outros, dois défices: o público e o externo. Assinado em 1997, e melhorado em 2003, o Pacto de Estabilidade e Crescimento estipula que dentro de dois ou três anos todos os Estados-membros da União Económica e Monetária terão um défice público abaixo dos 3% e um défice externo abaixo dos 60%. A previsão do défice público é uma profecia hirta, é para já; a previsão do défice externo é uma profecia mole, é para quando calhar. Naveguei na internet a tentar perceber por que motivo Portugal tinha que descer imperiosamente e de imediato para os tais 3%, número mágico da regra de oiro da UEM. Pelos vistos, é para defender o euro do inimigo interno: os governos irresponsáveis! Cá para mim, leigo quanto baste, alguma Carochinha quer arrumar a Europa. Em França chamam "folie ménagère" à paranoia da limpeza. Talvez seja isso. Toca, portanto, a convergir. Sentados à espera ou lançados em salto mortal com as mãos e os pés atados. Nós, portugueses, somos bons alunos: estamos a convergir! Os países do Norte até nos têm inveja! A Bélgica, a Alemanha, a Estónia, o Luxemburgo e a Áustria não podem convergir. Coitados! Antes da partida, já estavam na meta. Os nossos rivais no mergulho aos 3% são a Irlanda, a Grécia e a Espanha, todos com um défice público, em 2011, superior a 9% (o Reino Unido, com 10.2%, não conta porque fez batota: não aderiu à inelutabilidade). Baixar o défice público de 9% para 3%, em três tempos, é obra temerária e delicada, carregada de consequências económicas e sociais profundas e imprevisíveis. Ninguém se iluda que é só questão de arrumar a casa e de redistribuir receitas e despesas. Portugal empobrece a olhos vistos: parte do País emigra; empresas competitivas, que nos vão fazer falta, fecham portas, empurradas pelo colapso da procura e pela míngua de crédito. Tudo isto é triste, tudo isto nos diminui.

Mas o défice que mais me preocupa é o défice da política. Não se fala dele. Deve ser miragem minha. Não estou a falar em crise política mas em crise da política. A obsessão pelo défice, o buraco financeiro, está a funcionar como um vórtice da política. Não há argumento, ideia, bandeira ou movimento que não seja sugado. Sobra um discurso político que reduz tudo a marcos financeiros, um solilóquio sem carne, nem ossos, nem pernas para andar. E o povo a duvidar cada vez mais da competência dos competentes, eleitos ou não. A autoridade amesquinha-se. Há quem lamente a falta de alternativas, mas alternativas não faltam. Os políticos alternam imenso: ora o governo anuncia "vamos subir o IMI", logo a alternativa retorque "não vamos subir o IMI". Estamos conversados. Alternativas assim são aos molhos. Faltam, isso sim, ação e reflexão política, ideários e programas, vontades consistentes. As ideologias andam envergonhadas. Pensar Portugal, projetá-lo, não se pode reduzir a uma meta numérica com livro de instruções (o tal memorando). Os políticos evoluem num palco com luzes evanescentes. A quem dão os portugueses crédito? Cada vez menos aos "heróis" na arena e cada vez mais aos "marretas" nos camarotes, à ágora mediática dos comentadores

“políticos”. Um albergue espanhol onde abundam políticos reciclados. Há velhos, há novos, do centro, da direita, da esquerda, até zombies me afigura ter visto. Pilares da ética e arautos da verdade, todos conjeturam sobre tudo. Certo é que os olhos dos portugueses lhes bebem as palavras. O vórtice cria um vazio político nos partidos, no parlamento, no governo... É este arrefecimento que aquece a órbita do comentário. Congeminam factos políticos, deitam os foguetes e apanham as canas. Parafraseando Clausewitz, o comentário é a continuação da política por outros meios. Duvido, porém, que seja boa medicina para a política e para a democracia. Os comentadores são pagos, naturalmente. Não são eleitos. Tamanha inflação do palpite profissionalizado pode ser não só um sintoma mas também uma rampa da crise da política. Venham os debates, os programas, as crenças, os símbolos, os dramas, as intrigas, as manifestações, as confusões, as votações... Que volte a política! Precisamos de um País que se decida.

Albertino Gonçalves, O Défice Político, ComUM online, 04.11.2012